

LEI ORDINÁRIA Nº 1.726, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2022.

“Altera dispositivos da Lei Ordinária nº 1.569, de 20 de abril de 2018, que instituiu o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lajinha/MG, bem como revoga dispositivo da Lei Ordinária nº 1.596, de 14 de março de 2019, e dá outras providências.”.

A Câmara Municipal de Lajinha, Estado de Minas Gerais, por seus vereadores aprovou a presente Lei:

Art. 1º. Os dispositivos a seguir enumerados, da Lei Ordinária nº 1.569, de 20 de abril de 2018 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lajinha/MG passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 29. A jornada normal de trabalho dos servidores públicos municipais regidos por esta Lei será de 40 (quarenta) horas semanais.

§1º. Os cargos de nível superior terão jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais.

§2º. Os cargos de nível superior de representação judicial deverão cumprir jornada de 20 (vinte) horas semanais, podendo ser estabelecido sistema de *home office* a ser regulamentado por Decreto, permitida a compensação de horas por comparecimento em audiências e sessões de julgamentos presenciais ou virtuais.

§3º. Respeitadas as previsões do *caput* do artigo 29 e seu §1º, poderá a jornada de trabalho para os trabalhadores lotados na Secretaria de Saúde e para o cargo de vigia, diante da necessidade da Administração Pública Municipal, ser cumprida em escala de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso.



§ 4º. O exercício de cargo em comissão ou de função gratificada exige do seu ocupante dedicação integral ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração.

§ 5º. O exercício de cargo em comissão ou de função gratificada não interfere na contagem de tempo para fins de estabilidade.

§ 6º. Observada a necessidade de serviço, a lei poderá estabelecer o regime de tempo integral ou de dedicação exclusiva do servidor público efetivo, fixando o vencimento ou a gratificação necessária à compensação financeira correspondente.

§ 7º. Fica vedada a concessão de regime de tempo integral ou de dedicação exclusiva ao servidor:

- I - ocupante de cargo de provimento em comissão ou de função gratificada;
- II - colocado à disposição de outro Poder do Município, de outro Município, do Estado ou da União.

§ 8º. O Poder Legislativo terá autonomia para determinar ajornada semanal e diária de seus servidores, conforme a sua necessidade, o que será feito mediante ato do seu Presidente. (...)

Art. 47. (...)

§1º. Os requisitos do estágio probatório serão aferidos em instrumento próprio a ser preenchido pelo comitê técnico, conforme dispuser o regulamento, que estabelecerá a periodicidade dessa avaliação.
(...)

Art. 48. Compete ao chefe imediato fazer o acompanhamento do servidor público em estágio probatório, devendo, sob pena de destituição do cargo em comissão ou da função gratificada, elaborar relatório sobre os requisitos para a aquisição de estabilidade, nos períodos definidos no regulamento, que deverá ser entregue ao comitê técnico.

§ 1º. O relatório elaborado pelas chefias imediata e/ou mediata não será vinculante, devendo o comitê técnico elaborar toda a análise sobre o preenchimento dos requisitos para aquisição da estabilidade do



servidor, sendo vedada a simples referência.

§ 2º. Caso as conclusões do comitê técnico sejam pela exoneração do servidor público ou pela sua recondução ao cargo anteriormente ocupado, antes da decisão final, será concedido o prazo de quinze dias para a apresentação de sua defesa.

(...)

Art. 49. A qualquer tempo e antes do término do período do estágio probatório, se o servidor público deixar de atender a um dos requisitos estabelecidos no art. 47 a chefia imediata, em relatório circunstanciado, denunciará o fato ao comitê técnico para, em processo sumário, promover a averiguação necessária, assegurando-se em qualquer hipótese o direito da defesa.

(...)

Art. 100. A gratificação de nível superior e de especialização acadêmica será concedida ao servidor público municipal efetivo, nos seguintes percentuais:

Titulação	Percentual a ser aplicado sobre o nível de vencimento percebido pelo servidor
Conclusão do ensino médio	5%
Conclusão de curso técnico	5%
Conclusão de curso de graduação	7%
Conclusão de curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> , com duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas.	9%
Conclusão de curso de mestrado	11%
Conclusão de curso de doutorado	13%



§ 1º. Para fins de concessão da gratificação de que trata este artigo, somente serão admitidos diplomas ou certificados expedidos por instituição devidamente autorizada ou credenciada pelo Ministério da Educação, observando-se quanto aos cursos de pós-graduação e respectivos certificados as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 2º. Para a concessão dos percentuais de gratificação previstos para a conclusão de pós-graduação *lato sensu*, com duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, de mestrado e de doutorado o curso deve estar relacionado com o desempenho das atividades vinculadas ao cargo em que o servidor público estiver investido.

§ 3º. Não será concedida a gratificação no percentual indicado na tabela do *caput* para os cargos em que seja exigida a titulação como requisito de investidura.

§ 4º. A concessão da gratificação deve ser autorizada por ato do Chefe do Executivo Municipal ou por Secretário Municipal, cuja delegação seja feita por Decreto, e pelo Presidente da Câmara Municipal, conforme o caso.

§ 5º. Para subsidiar o ato de concessão da gratificação poderá, o Chefe de Poder Municipal ou o Secretário Municipal delegatário, exigir novos documentos e parecer técnico do órgão competente, para análise dos requerimentos apresentados pelos servidores públicos municipais.

§ 6º. É vedada a percepção cumulativa da gratificação nos percentuais fixados no “caput” deste artigo, devendo o servidor, na hipótese de um novo curso superior ou de pós-graduação, optar por um deles para fins de seu recebimento.

(...)

Art. 121. (...)

§ 6º. Nos casos de afastamento com período igual ou inferior a 2 (dois) dias, o servidor deverá apresentar cópias do atestado médico referente ao período à chefia imediata e ao Setor de Protocolo da Prefeitura, com endereçamento à Divisão de Recursos Humanos, no prazo de 24 (vinte



e quatro horas) após o retorno das atividades.

§ 7º. Nos casos de afastamento com período superior a 2 (dois) dias e inferior a 15 (quinze) dias, o atestado médico referente ao período deverá ser apresentado ao médico designado pelo Município, para realização da inspeção e conformação do atestado.

§ 7º-A. Caso o servidor, no período de trinta dias, apresente mais de um atestado médico, independentemente do prazo de afastamento, deverá ser designado médico pelo Município para a realização da inspeção e conformação do atestado.

Art. 2º. Ficam incluídas as Subseções V-A e V-B na Seção III, Capítulo II, Título IV, da Lei Ordinária nº 1.569/2018, na forma dos artigos seguintes:

Subseção V-A

Da Gratificação de Atividade Extraordinária – GAE e Gratificação de Produtividade Fiscal- GPF

Art. 100-A. A Gratificação de Atividade Extraordinária – GAE será atribuível aos fiscais que estiverem designados para realização de serviços extraordinários de fiscalização a serem desenvolvidos nos finais de semana, feriados e horário noturno, em regime de plantão, dentro do mês de vigência.

Art. 100-B. A Gratificação de Atividade Extraordinária – GAE será de 30% (trinta por cento) e incidirá sobre o vencimento-base do servidor.

Art. 100-C. Fazem jus à Gratificação de Atividade Extraordinária – GAE os Fiscais que desempenharem suas funções extraordinariamente na forma do artigo 2º, desta lei.

Parágrafo único. Para que o Fiscal detenha o direito ao recebimento da Gratificação de Atividade Extraordinária – GAE, é necessário que esteja, pelo menos, escalado na forma do artigo 100-A desta lei, em dois dias no mês de vigência.

Art. 100-D. Caberá ao Secretário Municipal da pasta em que o Fiscal estiver lotado atestar e fornecer o relatório das escalas excepcionais de fiscalização para que o servidor possa perceber a referida Gratificação de Atividade Extraordinária – GAE.



Art. 100-E. A Gratificação de Produtividade Fiscal - GPF será calculada tomando por base o valor correspondente aos vencimentos básicos do Fiscal de Tributos e Fiscal de Obras e Posturas, vigente no mês de aferição da gratificação.

Art. 100-F. A Gratificação de Produtividade Fiscal - GPF será devida ao Fiscal de Tributos e Fiscal de Obras e Posturas que obtiver, no período mensal de referência, observados os critérios estabelecidos nesta Lei, de 50 (cinquenta) a 100 (cem) pontos positivos.

§ 1º A apuração da produtividade fiscal far-se-á mensalmente, mediante a atribuição dos pontos relativos a cada atuação do Fiscal de Tributos e Fiscal de Obras e Posturas, de acordo com o regramento estabelecido em Decreto regulamentador.

§ 2º O pagamento da Gratificação de Produtividade Fiscal deverá ser efetuado no mês subsequente, de acordo com a pontuação e percentuais constantes no Decreto regulamentador.

§ 3º As pontuações referentes às ações do fiscal de tributos que forem objeto de impugnação administrativa pelo sujeito passivo nos termos do Código Tributário Municipal, somente serão computadas após a decisão que indeferir a impugnação, aplicando-se o mesmo critério quando houver pedido de reconsideração.

§ 4º Das ações do Fiscal de Tributos e Fiscal de Obras e Posturas que forem objeto de impugnação administrativa pelo sujeito passivo nos termos do Código Tributário Municipal e forem julgadas procedentes, não serão deduzidas nos termos desta Lei. **Art. 100-G.** Somente fará jus ao recebimento da Gratificação de Produtividade Fiscal, o Fiscal de Tributos e Fiscal de Obras e Posturas que produzir, no mínimo, 50 (cinquenta) pontos mensais, conforme anexo I, desconsideradas eventuais transferências.

Art. 100-H. Os pontos produzidos mensalmente que excederem de 100 (cem) serão transferidos, sequencialmente, para os 06 (seis) meses subsequentes, respeitado o limite de recepção previsto no parágrafo primeiro deste artigo.



§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, serão recepcionados em transferência, no máximo, 50 (cinquenta) pontos por mês.

§ 2º Passados os 6 (seis) meses subsequentes os pontos citados no caput serão automaticamente cancelados.

Art. 100-I. Caberá ao Secretário Municipal da Fazenda, o controle, a atribuição, transferência dos pontos, em boletins individuais, que deverão ser encaminhados à Secretaria de Administração e de Recursos Humanos para providências quanto ao devido pagamento.

Parágrafo único. Juntamente com os boletins individuais, o Secretário Municipal da Fazenda deverá encaminhar, anualmente, à Secretaria de Administração e Recursos Humanos, documentos que comprovem o incremento na arrecadação de tributos ou a economia com despesas correntes do Município e a existência de recursos orçamentários da Prefeitura de Lajinha- MG, de modo a justificar o pagamento da Gratificação de Produtividade Fiscal que trata a presente Lei.

Art. 100-J. Os valores recebidos a título de Gratificação de Produtividade Fiscal não poderão ultrapassar o teto remuneratório previsto em lei.

Parágrafo único. As regras contidas na presente lei serão aplicadas somente nos procedimentos administrativos instaurados após sua entrada em vigor, sendo vedada a atribuição, transferência e a dedução de pontos para o cálculo da Gratificação de Produtividade Fiscal com relação àqueles que já encontram-se tramitando antes de sua vigência.

Art. 100-K. A Gratificação de Atividade Extraordinária – GAE e a Gratificação de Produtividade Fiscal- GPF não possuem natureza salarial ou remuneratória e nem se incorporam à remuneração.

Subseção V-B

Da Gratificação de Atividade Tributária- GAT

Art. 100-L. Faz jus ao recebimento da Gratificação de Atividade Tributária- GAT os servidores lotados na Secretaria de Fazenda do Município de Lajinha-MG que não ocupem o cargo de Fiscal e que



estejam no apoio do desenvolvimento da atividade tributária.

Art. 100-M. A Gratificação de Atividade Tributária- GAT será de 40% (quarenta por cento) e incidirá sobre o vencimento-base do servidor.

Art. 100-N. A Gratificação de Atividade Tributária- GAT não será incorporada ao vencimento-base e somente incidirá enquanto o servidor estiver lotado na Secretaria de Fazenda do Município de Lajinha-MG e, efetivamente, estiver no apoio do desenvolvimento da atividade tributária.

Art. 3º. Fica revogado o artigo 25 da Lei Ordinária Municipal nº 1.596/2019.

Art. 4º. A gratificação em vigor decorrente do artigo 43, da Lei Complementar número 009/2008, fica incorporada ao salário-base dos Fiscais de Tributos e Fiscais de Obras e Posturas.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, NO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS (1º/12/2022).

HUMBERTO CABRAL DA SILVA
Presidente

SANCIONADA PELO PREFEITO MUNICIPAL JOÃO ROSENDO AMBRÓSIO DE MEDEIROS EM
06/12/2022.



ANEXO I

TABELA DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS

1- Levantamento Fiscal:

- 1- Por mês sem base de cálculo – 0,2;
- 2- Por mês com base de cálculo – 0,5;
- 3- Por mês por atividade adicional com alíquota diferenciada – 0,5.

Incluem-se no levantamento fiscal:

- 1- Verificação de documentos fiscais;
- 2- Lavratura de termos e intimações;
- 3- Demonstrativos analíticos de apuração de tributos e de acréscimos legais;
- 4- Diligências.

2- Constituição de Crédito Tributário (constituídos através de lançamentos em processos fiscais, assim escalonados em quantidade de UFEMG):

- 1- Até 170 – 6 pontos;
- 2- De 171 a 1.145 – 24 pontos;
- 3- De 1.146 a 2.850 – 34 pontos;
- 4- De 2.851 a 8.600 – 42 pontos;
- 5- Para cada 170, ou fração, que exceder 8.600 – 1 ponto.

3- Concluído o levantamento fiscal, deve-se apurar a pontuação correspondente, tomando-se por base os itens I e II deste anexo, sendo considerada a que for maior ambos;

4- Apreensão de documentos: 1 ponto;

5- Programação Fiscal: Análise, pesquisa e seleção, por dia – 1 ponto;

6- Dipam:

- a) Verificação de Declarações e Planejamento de Atividade – 2 pontos por dia útil;
- b) Verificações de empresas por ordem de serviço – 5 pontos.



7 – ITR: Análise, cálculos e manifestação de casos especiais – 3 pontos por processo sem prejuízo aos pontos atribuídos pela constituição de crédito;

8 – Estudos e pareceres:

1 – Restituição ou Compensação de Imposto (por mês apurado) – 0,6 pontos;

2 – Parecer Fiscal não especificado neste anexo, inclusive defesa em 1ª e 2ª instâncias (por parecer) – 1 ponto;

3 – Relatório de encaminhamento ao Ministério Público ou ao órgão competente (por relatório) – 10 pontos;

4 – Estudo ou trabalho técnico tributário (por dia de trabalho) e consultas (por processo) – 10 pontos;

5 – Manifestação fiscal não especificada neste anexo (por processo) – 1 ponto.

9- Serviço especial:

1 – Serviços não relacionados nesta tabela, solicitados por autoridade competente – 2 pontos por dia;

2- Serviços especiais de levantamento fiscal cujo volume de documento e/ou informações a serem analisados demande dedicação exclusiva do Fiscal de Tributo por mais de 30 dias – 3 pontos por dia útil;

3 – Ao final do levantamento fiscal será aplicado o critério de pontuação previsto neste anexo, tendo direito o Fiscal aos pontos que vierem a exceder aos já recebidos.

10- Comunicações e Notificações não especificadas neste anexo – 1 ponto;

11- Estimativa:

1 – Por contribuinte enquadrado – 2 pontos;

2 – Por contribuinte, na revisão – 2 pontos.

12 – Habite-se:

1- Análise por processo de revisão – 5 pontos por processo.

13 – Visto em notas:



1- Conferência de documentos para obtenção da base de cálculo do serviço de construção civil – 3 pontos por processo.

14 – Fiscalização de estabelecimento comerciais, industriais e de prestação de serviços, bem como de prestadores de serviços liberais/autônomos quanto á observância das normas vigentes – 1 ponto por estabelecimento;

15 – Verificação da correta inscrição quanto ao tipo de atividade, recolhimento de tributos ou licença para funcionamento – 1 ponto por verificação;

16 – Execução de alterações junto ao cadastro mobiliário quando houver solicitação por parte do contribuinte – 1 ponto por processo;

17 – Autuação em caso de constatação de irregularidades dos estabelecimentos quanto ás normas a que estão sujeitos – 1 ponto por autuação;

18 – Conclusão de pedidos de encerramento de atividades, sem prejuízo da pontuação prevista em outros itens deste anexo:

- a) 1 ponto por processo de contribuinte com ISS variável, sem qualquer lançamento tributário “de ofício”;
- b) 1,5 pontos por processo de contribuinte do ISS fixo;
- c) 2 pontos por processo de contribuinte com ISS variável.

19 – Análise, verificação e elaboração de certidões negativas de tributos diversos:

- a) 1 ponto por certidões de contribuintes enquadrados no Simples Nacional;
- b) 0,5 ponto para as demais certidões.

20 – Análise de documentos em atendimento a pedidos de certidões de existência de inscrições ativas ou encerradas junto á Municipalidade, e elaboração da competente certidão – 1 ponto por certidão;



21 – Prestação de informações aos contribuintes quando a incidência do ISSQN, demais tributos e obrigações acessórias – 5 pontos por dia;

22 – Fiscalização dos meios de publicidade, por fiscalização:

- a) Com lançamento da respectiva taxa – 4 pontos;
- b) Sem lançamento – 2 pontos.

23 – Fiscalização de documentos com o objetivo de apurar incidência de tributos diversos – 1 ponto por processo;

24 – Notificações visando á prestação de esclarecimentos por parte do contribuinte e/ou a quitação de débitos junto a Prefeitura Municipal e/ou para que cumpram, obrigações diversas – 1 ponto por notificação;

25 – Elaboração de relatórios de irregularidades encontradas com base em vistorias efetuadas, instruindo procedimentos administrativos para ciência ou tomada de providências – 3 pontos por relatório;

26 – Execução de outras tarefas compatíveis com a função e determinadas por superior hierárquico – 3 pontos por dia;

27 – Emissão de pareceres pelo fechamento administrativo de estabelecimentos que esteja funcionando de forma irregular e que não atenderem ás notificações e autuações – 1 ponto por parecer;

28 – Análise e aplicação de descontos em Créditos Tributários com adequação de lançamentos de tributos – 1 ponto por lançamento;

29 – Manifestação em procedimento tributário administrativo – 1 ponto por processo.



ANEXO II

TABELA DE PONTOS E PERCENTUAIS PARA PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO POR PRODUTIVIDADE FISCAL

Pontos	Percentuais
0-49	0%
50-55	3%
56-60	5%
61-65	7%
66-70	9%
71-75	10%
76-80	15%
81-85	20%
86-90	25%
91-95	30%
96-99	35%
100	40%